

SUMÁRIO

Prefácio	9
Dedicatória.....	13
Agradecimentos.....	15

Introdução, 17

Capítulo 1

O Tribunal do Júri, 21

1.1. Origem histórica do Tribunal do Júri	23
1.2. Princípios constitucionais do Tribunal do Júri.....	27
1.2.1. Princípio da plenitude de defesa.....	28
1.2.2. Princípio do sigilo das votações.....	29
1.2.3. Princípio da soberania dos veredictos.....	30
1.2.4. Princípio da competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	32
1.3. Procedimento do Tribunal do Júri.....	33
1.3.1. Primeira fase.....	33
1.3.1.1. Pronúncia.....	34
1.3.1.2. Impronúncia.....	34
1.3.1.3. Desclassificação.....	35
1.3.1.4. Absolvição sumária.....	36
1.3.2. Segunda fase.....	36

Capítulo 2

A Decisão de Pronúncia, 39

2.1. Conceito de “decisão de pronúncia”.....	41
2.2. Natureza processual da decisão de pronúncia.....	43
2.3. Requisitos da decisão de pronúncia.....	46
2.4. Dever de fundamentação da decisão de pronúncia	52
2.5. Efeitos da decisão de pronúncia.....	54
2.6. Índícios de autoria.....	59
2.7. Pronúncia e o <i>in dubio pro societa</i>	60

Capítulo 3

Fundamento da Dignidade Humana, 65

3.1. Origem histórica da dignidade da pessoa humana.....	67
3.2. Dignidade da pessoa humana e os direitos humanos.....	70
3.3. Relevância dos princípios fundamentais.....	74
3.4. Dignidade da pessoa humana e o sistema penal.....	79

Capítulo 4

O Princípio da Presunção de Inocência, 83

4.1. Origem histórica.....	85
4.2. Interpretação Constitucional.....	88
4.3. Presunção de inocência e <i>in dubio pro reo</i>	89
4.4. Conseqüências processuais do princípio da presunção de inocência.....	93
4.5. Presunção de Inocência e os Tratados Internacionais.....	99



4.5.1. Declaração Universal de Direitos do Homem de 1948.....	99
4.5.2. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos de 1966.....	100
4.5.3. Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969.....	100

Capítulo 5

Enfoque Constitucional do Artigo 408 do Código de Processo Penal – Pronúncia, 103

5.1. O artigo 408, <i>caput</i> , do Código de Processo Penal.....	105
5.2. Paralelo da norma infraconstitucional com a Constituição Federal de 1988.....	114

Conclusão, 125

Bibliografia, 131